

EXPERIÊNCIA COMO VIA DE COMPREENSÃO PARA UMA PRÁXIS PSICOLÓGICA EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA

EXPERIENCE AS A WAY OF UNDERSTANDING FOR A PSYCHOLOGICAL PRAXIS IN QUILOMBOLA TERRITORY

Emanuella Rodrigues Paixão Régis ¹
Ana Maria de Santana ²

Resumo: Trata-se de uma pesquisa cujo objetivo é favorecer subsídios à prática psicológica em comunidade quilombola. É um estudo de natureza qualitativa, alinhada aos pressupostos fenomenológicos existenciais, recorrendo a experiência de psicólogas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Nesse propósito, descreve o contexto e as práticas de assistência em território quilombola; tematiza as Diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e procura compreender a experiência de psicólogas, assinalando a atenção psicológica nesse âmbito. Os recursos metodológicos para a coleta dos dados foram: Entrevista Narrativa, Diário de Campo e a Cartografia Clínica. A Hermenêutica Filosófica de Gadamer serviu como postura epistemológica de investigação para a compreensão dos dados. O estudo sinaliza a insuficiência das diretrizes da Política de Assistência que determinam a promoção do cuidado para comunitários quilombolas. Sendo assim, é necessário redimensionar a prática psicológica, uma vez que os quilombos trazem um modo cultural próprio de habitar em coletividade.

Palavras-chave: Saúde Mental em Território Quilombola. Prática Psicológica no CRAS. Perspectiva Fenomenologia Hermenêutica.

Abstract: This is research aimed at providing support for psychological practice in quilombola communities. It is a qualitative study aligned with existential phenomenological assumptions, drawing on the experience of psychologists from the Center for Social Assistance Reference (CRAS). With this purpose, it describes the context and practices of assistance in quilombola territory; discusses the Guidelines of the National Social Assistance Policy and seeks to understand the experience of psychologists, highlighting psychological care in this context. The methodological resources for data collection were: Narrative Interview, Field Diary, and Clinical Cartography. Gadamer's Philosophical Hermeneutics served as an epistemological stance for data understanding. The study highlights the inadequacy of the Assistance Policy guidelines that determine the promotion of care for quilombola communities. Therefore, it is necessary to reshape psychological practice, since quilombos bring their own cultural way of inhabiting collectively.

Keywords: Mental Health in Quilombola Territory. Psychological Practice at Cras. Hermeneutic Phenomenology Perspective.

-
- 1** Mestra em Saúde Mental pela Universidade de Pernambuco (UPE). Graduada em Psicologia (UPE). Professora do curso de Psicologia na Faculdade Uninassau. Psicóloga com atuação em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de território quilombola. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2167035590011929>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2552-9739>. E-mail: emanuella.rp@hotmail.com
 - 2** Pós- Doutorado em Fenomenologia Existencial (UFPE). Doutora em Psicologia Clínica (UNICAP). Mestra e Especialista em Psicologia Clínica (UNICAP). Graduada em Psicologia (UFPE). Professora Adjunta do Curso de Medicina da Universidade de Pernambuco. Atuação na Graduação; Especialização; Residência em Saúde Mental e no Mestrado de Saúde Mental/UPE. Psicóloga da Secretaria de Saúde do Recife. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0535411679998122>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6029-6550>. Email: ana.santana@upe.br

Território quilombola: desafios à prática psicológica

Na intenção de comunicar sobre a prática psicológica em contextos comunitários junto a comunidades tradicionais, este estudo é um fragmento de pesquisa no campo da saúde mental que tem como objetivo subsidiar a tematização da prática psicológica em comunidades quilombolas. Nesse propósito, descreve inicialmente, o contexto da prática de assistência em território quilombola, na visa de compreender tarefas instituídas que determinam o saber-fazer do psicólogo nesse campo. Em seguida, recorre as suas experiências como horizonte fértil à compreensão da prática psicológica em comunidades quilombolas.

De acordo com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, artigo 2º - *remanescentes das comunidades dos quilombos* são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. O modo de viver nos quilombos possui peculiaridades distintas do estilo de viver em comunidades urbanas.

As abordagens metodológicas voltadas para as comunidades tradicionais não estão alcançando dimensões sociopolíticas e culturais do convívio que os quilombolas elaboram entre si na sua sobrevivência. Entendemos que a dificuldade se encontra no vértice cartesiano naturalista dessas abordagens que elegem o naturalismo cartesiano para a compreensão da humanita do homem enquanto essência pré-determinada, esclarecida pela razão instrumental.

O reconhecimento da singularidade do sofrimento que as comunidades tradicionais quilombolas expõem implica pôr em reflexão nossos conceitos científicos enquanto instrumentos de abordagem e de intervenção junto a elas. É preciso prudência na consulta de referências voltadas para a promoção do cuidado provenientes de contextos sócio-políticos diferentes dessas coletividades. Sendo assim, iniciamos esta análise com as apreciações narradas por uma das autoras, a partir de sua experiência no Centro de Referência Social- CRAS implantado em um quilombo. Lembrando Benjamin (1994), a narrativa contém o registro da experiência humana, sua matéria prima, servindo a hermenêutica como via de conhecimento e de comunicação de situações e sentimentos vividos (Schawandt, 2006). Dessa feita, abaixo serão descritas considerações significativas que serviram como bússola para esta investigação.

O usuário do CRAS urbano se utiliza do serviço, mesmo sem o estabelecimento do vínculo, numa relação em que visa o atendimento às demandas. De modo diverso, o usuário quilombola necessita do vínculo estabelecido, de uma relação de confiança para que suas necessidades sejam atendidas através dos serviços prestados pela unidade. Tais dificuldades, encaminham a procurar outras possibilidades de atuação, próximas ao que Campos (2003) ressalta como método Paidéia. Segundo o autor, este seria o modo de trabalho a contribuir para a reflexão, discussão e tomada de decisões junto aos usuários, levando em consideração interesses e desejos dos agrupamentos. Importa assinalar que a forma como as comunidades quilombolas se organizam e lidam com as questões cotidianas tem a ver com sua tradição, devendo assim, ser levada em consideração pelas ações do serviço.

A prática psicológica no CRAS vem sendo instituída por um viés burocrático, nesse sentido, implica dizer que o atendimento por vezes é realizado de forma automática, seguindo trâmites diferentes de uma prática psicológica que se empenha compreender o sujeito em sua comunicação, o que dela sinaliza sua existência. Dessa feita, é preciso pôr em reflexão a intervenção de psicólogos junto a quilombolas, na busca de ampliar a compreensão acerca da atenção psicológica neste âmbito.

Tematizar a práxis psicológica em contexto quilombola é também por em reflexão a tradição do pensar científico-natural inserido nos parâmetros cartesianos de uma racionalidade moderna. A Política de Assistência Social que assinala a Proteção Social Básica no âmbito do CRAS recorre a esses nortes para direcionar as atuações de psicólogos nas comunidades remanescentes de quilombos. Nessa comunicação, procuramos evidenciar variantes existenciais que se antepõe a essas diretrizes, daí optarmos por seguir caminhos epistemológicos que vê o homem enquanto *ser de possibilidades*.

A singularidade das comunidades tradicionais quilombolas impõe meditação acerca dos conceitos que embasam modelos hegemônicos das práticas psicológicas nesse âmbito.

Nesse horizonte, é preciso tangenciar não apenas as políticas tradicionais de assistência, mas o conhecimento sobre contextos políticos e sociais fundamentados em conjunturas não pertencentes a essas comunidades. Isto porque, o comunitário quilombola traz um modo cultural próprio de habitar espaços coletivos, diferente dos que habitam em comunidades urbanas e rurais. Logo, a forma de amparar seu sofrimento demanda olhar para as peculiaridades do seu contexto e da sua revelação existencial.

A atuação do psicólogo no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é recente. Embora esse profissional tenha conquistado espaços nas equipes de referência através do reconhecimento da psicologia enquanto saber necessário à compreensão de dimensões existenciais, percebe-se uma distância entre práticas de intervenção e demandas trazidas pelo comunitário quilombola quando ele procura amparo nos serviços socioassistenciais. A prática psicológica, antes voltada para o sofrimento das classes dominantes, que até então elegia o atendimento individual como recurso de cuidado, amplia-se para uma perspectiva de atenção com foco na coletividade de atores sociais em situação de crise. Em pesquisas sobre a prática psicológica nos serviços assistenciais, percebe-se uma reprodução de práticas ajustadas em modelos não voltados às comunidades quilombolas com estratégias de ação dirigidas para comunidades urbanas e rurais. Desse modo, a importância deste estudo é vista pela possibilidade de pôr em reflexão a práxis de psicólogos na esfera pública de comunidades quilombolas, na procura de outros modos de atenção a quem procura amparo nesse contexto.

Metodologia

O caminho metodológico advém da Pesquisa Qualitativa de cunho fenomenológico hermenêutico. Nesse estudo, recorreremos ainda, a Fenomenologia Hermenêutica como marco referencial para favorecer horizontes compreensivos da práxis psicológica em comunidades quilombolas. A fenomenologia nasce como crítica ao modelo de produção de conhecimento do naturalismo científico que compreende as coisas a partir da razão instrumental como caminho de verificação do real (Critelli, 1996). Em se tratando de pesquisas de cunho fenomenológico existencial, há uma exigência de se deslocar da noção moderna cartesiana sobre o homem, para a aceção de homem como *Dasein*. Desse modo:

[...] método não significa procedimento, pois é, sobretudo, a maneira com que o ente é tematizado, afirmando enfaticamente 'os senhores precisam afastar-se do conceito comumente dado de método enquanto uma simples técnica de pesquisa' (p.148) (Heidegger 2009, *apud* Cardinalli, 2015, p. 256).

A concepção heideggeriana “deixa de consistir em um método de investigação filosófico e se torna um modo de chegar às estruturas elementares originárias que suportam a existência humana, com todas as suas disposições, faculdades e funções” (Giacoia, p.16, 2013).

A Entrevista Narrativa, o Diário de Bordo e a Cartografia Clínica foram os instrumentos metodológicos eleitos. A Entrevista Narrativa serviu como via de comunicação da experiência de psicólogos em comunidades quilombolas. Outro instrumento de coleta de dados foi o Diário de Bordo, o registro das vivências do pesquisador no campo de pesquisa. Diz de um ato de escrever sobre a “experiência de um profissional, na perspectiva de quem comunica como ocorreu o revelar-se do outro a esse profissional/pesquisador” (AUN, 2005, p. 19). A cartografia clínica trouxe a compreensão do contexto, possibilitando ver modos de atuação e de intervenção no curso da ação (Braga; Mosqueira; Barreto, 2012). As participantes da pesquisa foram psicólogas que atuaram no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Comunidades Quilombolas, Zaila, Ada e Núbria, nomes fictícios de origem africana.

O estudo elegeu a Hermenêutica Filosófica de Gadamer para a compreensão dos dados da pesquisa. Schawandt (2006), aponta a hermenêutica gadameriana como postura epistemológica para a compreensão vista como condição ontológica do humano, livre de procedimentos e de técnicas. Em Gadamer (2006), compreensão decorre a partir da fusão de horizontes que envolve

conversação e diálogo na experiência hermenêutica do encontro. No diálogo entre pesquisadoras e psicólogas/participantes, ocorre uma disposição à abertura para o dizer acerca da prática psicológica em contextos quilombolas. O significado atribuído, como diz (Schawandt, 2006) foi consensual e negociado na ocasião em que se dava a compreensão. Assim, passo agora a interlocução de sentidos entre a minha experiência e as de psicólogas colaboradoras desse estudo.

Prática em quilombos: interlocução de sentidos

O ato de narrar diz de algo que vai além da comunicação de uma informação, é via de acesso a experiência de quem comunica sobre si. “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora a coisa narrada à experiência de seus ouvintes” (Benjamin, 1994, p. 201). Narrativas não se comprometem com explicações sobre fatos, como ocorre com a informação, trata-se de um modo artesanal de comunicação que remete à experiência coletiva sedimentada nas tradições, desse modo, traz sabedoria e não conhecimento (Benjamin, 1994). A narrativa como arte ou ofício manual, aproxima-se da linguagem *poética*, que no seu sentido amplo, diz de criação ou produção, como informa Pompéia - “*poiesis* é um levar a luz, é trazer algo para a desocultação” (Pompéia, 2010, p. 158). Realçamos que a pesquisa teve o intuito de ampliar o horizonte compreensivo acerca da prática psicológica no contexto dos serviços de atenção do CRAS em comunidade quilombola, sem pretender esgotar discussões sobre a práxis psicológica nesse âmbito.

O diálogo com as colaboradoras se iniciou a partir da questão: *Como você compreende a prática psicológica no CRAS Quilombola?*

Zaila: “*eu fui aprendendo realmente na prática*”

[...] “assim... como é que eu vejo a psicologia no CRAS Quilombo?...é uma dificuldade ainda muito grande para as pessoas compreenderem qual é o nosso trabalho, porque se mistura muito com o trabalho do assistente social na cabeça das pessoas... Então assim... para começar fazer um trabalho e separar qual o papel do psicólogo e do assistente social, então levou um tempo porque as pessoas... elas sempre procuravam, mas naquele sentido de... ah... eu tô precisando de uma cesta básica... eu tô precisando disso... daquilo...até que eu comecei a mostrar, explicar para as pessoas que meu trabalho é um trabalho de fazer escuta, fazer encaminhamentos e fazer trabalhos em grupo [...]”

Zaila descreve sua atuação voltada à escuta, encaminhamentos e trabalhos em grupo, realçando dificuldades nas práticas de assistência, o que pode sinalizar a procura de fronteiras disciplinares no espaço das práticas sociais. A esse respeito, importa pensar sobre a terminologia da política de assistência quando nomeia *Técnico Social* os profissionais que compõe as equipes de referência do CRAS. Em seu bojo, traz um indicativo de enquadramento de práticas previamente estabelecidas. Assim, ao que parece, a instituição não tem clareza a esse respeito, ratificando a ideia de que antes de ser psicólogos, são técnicos sociais. Compreendemos que isso seria uma forma de justificar o saber-fazer que tangencia o trabalho no social.

Zaila prossegue sinalizando tensão em relação ao seu trabalho, entre o que é exigido e ao que se apresenta como possibilidade de atuação na experiência:

“Então... a dificuldade primeira é que não tinha um local que a gente pudesse atender. Então... ia fazer as visitas e surgiam muitas demandas para ouvir, para... para fazer os encaminhamentos e, muitas vezes, eu tenho que fazer isso... né? Dentro da casa da pessoa, pedir ali né?... um local para fazer aquela escuta. Em algumas situações eu tive que fazer essa escuta embaixo de árvore. Então... assim... era como

naquele momento desse para fazer o trabalho... então, eu fazia de acordo com o que ia surgindo, mas não tinha um local onde pudesse fazer essa escuta.”

Nesse horizonte, Zaila se refere ao fato de não ter um lugar para o atendimento, uma dificuldade em sua prática. Isso leva a pensar sobre a formação de psicólogos embasada em modelos de atenção consultorial dificultando práticas alternativas que alcancem classes populares. É o que nos fala Vasconcelos (2004), quando evidencia que os psicólogos possuem uma tendência para reproduzir a cultura hegemônica de práticas associadas ao consultório particular no campo da saúde mental. Nesse sentido, uma clínica marcada por práticas tradicionais é transferida para âmbitos comunitários, mostrando ser um subterfúgio do profissional quando exerce a psicoterapia no CRAS. Parece que essa modalidade de atendimento legitima o profissional, enquanto psicólogo, e a dificuldade de se desvencilhar desse fazer o colocaria numa situação de tensão.

Zaila parece mostrar que um lugar voltado para atendimento se mostra necessário, tanto nas práticas terapêuticas tradicionais, quanto naquelas que atendem as normatizações da política que determinam ambientes estruturados para o “atendimento psicossocial”. Nessa direção, vale salientar que a clínica de psicólogos não se define por tempo, nem por espaço, como realça Figueiredo (2009), convidando a pensar mudanças de atuação iluminadas na própria condição humana de existir no mundo-com-outros (Santos; Barreto, 2016).

Ao mesmo tempo que apresenta uma preocupação para atender as prerrogativas da política, a colaboradora sinaliza evidências de uma prática em território não mediada por concepções prévias, mas ao lume do que advém da experiência como referencial na condução de sua práxis. Na fala: “*então, eu fazia de acordo com o que ia surgindo*” fica claro uma ação não guiada por teorias nem por referenciais técnicos da psicologia. Nessa direção, uma ação que parece alinhar-se a perspectiva fenomenológica existencial por não estar comprometida com um fazer previamente estabelecido, revelando-se no aguardar atento ao que se “des-vela” na situação (Silva; Siqueira; Barreto, 2015).

Ada: “*fazer os encaminhamentos dentro da cultura e da vivência deles*”

Passamos agora a dialogar com Ada, que diz:

Ada: É de suma importância, junto também com os outros profissionais né?... que no caso a prática lá no CRAS Quilombo é necessária que seja conjuntamente com o restante da equipe multiprofissional, assistente social, sociólogo, antropólogo também seria muito importante que tivesse. É atuar na questão mesmo de prevenção e orientação quanto as questões sociais e até com relação a estrutura familiar também, mais nesses aspectos... social, educação, saúde e familiar.

P: Como você percebe esse trabalho multidisciplinar, o trabalho em equipe?

Ada: Isso... é de suma importância porque o psicólogo por si só, ele não vai conseguir atuar, principalmente na comunidade quilombola né?... que existem algumas crenças religiosas e até algumas condutas que é até uma questão cultural deles mesmo... uma comunidade que nem todo mundo consegue se incluir né?, eles ... até profissionais mesmo... dependendo da postura, não criam uma relação de empatia né?. Eles realmente se fecham. Mas isso é um processo mais de construção mesmo né?, tem que conhecer a cultura deles, estudar, porque é diferente um pouco de quem vem da capital, principalmente né?. Mas eu acredito que é atuar na questão de visitas, tentar compreender a dinâmica familiar

daquela comunidade que tem um diferencial com relação as famílias de capitais e tentar fazer os encaminhamentos dentro da cultura e da vivência deles.

Ada traz contribuições significativas sobre as práticas. Informa a relevância dada as disciplinas, assinalando a conexão do fazer do psicólogo com o fazer dos demais profissionais que compõe a equipe de referência do CRAS. Sinaliza um modo de atenção e uma concepção de cuidado alusivos ao pensamento técnico-moderno que embasa a formação científica. Sobre esse prisma, entendemos que a formação científica fornece uma lente que fragmenta o homem para compreendê-lo, por vezes, sendo míope para a autonomia do comunitário como protagonista de sua assistência. Sendo assim, a concepção de “assistência” no âmbito do CRAS suscita reflexões importantes e interlocuções necessárias sobre o modo que está sendo exercida.

Nessa esteira, vale lembrar o sentido de cuidado explorado por Heidegger (2005), como dimensão ontológica do modo de ser do *Dasein* (ser do homem), numa atitude de preocupação e solicitude, atentando às possibilidades em seu *poder-ser*. Esta concepção de cuidado nada tem a ver com o ocupar-se com o outro, substituindo-o em seu próprio cuidar, mas assumir suas possibilidades mais próprias num exercício de liberdade (Rocha, 2011). Desse modo, a “assistência” no âmbito do CRAS estaria voltada para um modo de cuidado que se antecipa às dimensões existenciais do outro, substituindo-o em seu cuidar.

A palavra “assistir” se apresenta no dicionário com vários sinônimos, entre eles: ouvir; testemunhar; acompanhar; atender e estar presente. Essas palavras evocam uma aproximação com o sentido de ação clínica, como abertura ao que se revela encaminhando-se enquanto processo co-humano, em ação *pré-ocupada* que se realiza em não ocupar o outro no seu cuidar. O homem é protagonista no cuidar de si, no apropriar-se daquilo que lhe é mais próprio. Nessa direção, essa abertura que encaminha o homem a apropriar-se do seu modo de ser-no-mundo o impele a aproximar-se de seu sofrimento. Na vista disso, Ada toma as demandas trazidas pelo comunitário em situação de crise como dimensões delineadas como – social, educacional, saúde e familiar. Mas como delinear o que se apresenta como sofrimento?

Na experiência clínica em comunidade, situações trazidas nos atendimentos, por vezes, dizem respeito às dificuldades do usuário no acesso às outras políticas públicas ou que remetem a problemas relacionados a saúde e a educação, levando a refletir sobre a tendência que há em dividir e compartimentar suas demandas. A esse respeito Boss (1977), coloca que há sempre uma necessidade de explicar os fenômenos, como se fosse possível enquadrar o homem em determinações a priori ou até mesmo fazer relações causais entre os fenômenos. Ele alerta:

“Os psicoterapeutas que pensam de modo técnico-científico-cultural, através das assim chamadas cadeias causais dinâmicas, não sabem nada a respeito de sentido e meta, já que no mundo deles só existem conexões funcionais e causais, de sentido independentes, calculáveis e preestabelecidas ” (Boss, 1977, p. 21).

As contribuições heideggerianas parecem lumiar alternativas compreensivas para a compreensão do sofrimento humano, tão objetivado em nossas atuações clínicas. Sofrimento não se define a partir de situações, mostra correlação com a existência. É o que nos esclarece os autores:

[...] O sofrimento reflete a própria condição humana do existir – pôr-se a caminho apesar da inospitabilidade do mundo e da experiência de desamparo diante dessa tarefa tão humana e angustiante, mas, ao mesmo tempo, libertadora. Existir é cuidar – a existência se apresenta como pura possibilidade e abertura ao ser, podendo o homem perder-se ou apropriar-se na existência (Barreto, 2010, p. 10 *apud* Prado; Caldas, 2013, p.103).

Interessante o dizer de Ada em que traz indicativos da atuação em comunidades, enquanto possibilidades compreensivas da prática psicológica em quilombos. Ela diz:

“A gente tinha muito apoio da liderança. Muito da... era um dos aspectos, principalmente da coordenação do CRAS na época... então, a gente tinha muito esse apoio dos líderes. A gente sempre tinha muito contato com os líderes em qualquer questão que vinha ocasionar alguma questão na comunidade de forma negativa, quando a gente iria fazer alguma intervenção sempre contava com o apoio dos líderes e aí a gente conseguia. Porque com o apoio da liderança a gente conseguia ter acesso a comunidade. O primeiro passo foi com as lideranças, quando a gente fez esse trabalho com as lideranças a gente conseguiu ter acesso às comunidades.”

Ada considera relevante o trabalho em parceria com as pessoas da comunidade, principalmente com as lideranças, legitimando a sabedoria de quem mora no território. Essa prática se aproxima das ações dos agentes de saúde nos territórios da saúde pública. Compreendemos que eles se mostram como uma ponte entre a comunidade e os serviços públicos de saúde, articulando o saber popular e o técnico. Nessa perspectiva, a partir experiência em comunidades, é pertinente o vínculo entre o profissional e a representatividade das comunidades, o que demonstra a importância da visão de quem de fato mora no território, vez que é possível a miopia nas abordagens técnico-científicas exercidas por profissionais diante das demandas. Nessa visa, desafios emergem para os psicólogos: ofertar serviços do CRAS, combinado com as crenças e tradições dos grupos tradicionais, respeitando visões de mundo e tramas relacionais significativas entre eles.

Núbia: “*muitas vezes eu passava por situações que minha compreensão, digamos científica, não alcançava*”.

Então a prática né?... Antes de falar da questão do CRAS Quilombo, da área social mesmo... eu observo muito isso... assim... de você sair... não diminuindo as questões clínicas de maneira alguma, que é para onde todo mundo corre né? Grande parte da turma que se forma e tal corre para a clínica..., mas é você ter um olhar macro das situações, sabe? Você tipo... está atendendo uma família... você pontua aquilo, mas você não só vê aquela família ou só aquela pessoa daquela família, você vê todo entorno, todo o contexto. Então a gente deve ter primeiramente... acho que primeiro... a gente deve ter esse olhar mais... digamos... aberto... compreensão de como é aquela pessoa ali naquele...naquele contexto entendesse? Eu já parti nesse sentido na questão da área social.

Núbia inicia sua narrativa partindo de considerações sobre a área social, trazendo, inicialmente, que a prática nesse contexto não tem a intenção de desmerecer questões clínicas, entretanto, na fala da profissional há indícios de uma compreensão de clínica relacionada a uma área de atuação possível ao psicólogo. Figueiredo (2009), corrobora que há dominância da clínica nas representações sociais do psicólogo, bem como nas preferências dos estudantes, afirma que é um equívoco tratar a clínica como mera área de atuação. Isso faz lembrar o quanto é difícil o trabalho psicológico no âmbito da assistência social, devido a constante preocupação em não desenvolver práticas clínicas nesse contexto, especificamente a psicoterapia. A prática do psicólogo no imaginário popular, ainda está vinculada a procedimentos em psicoterapia como único modo de atender quem traz um apelo às suas demandas existenciais, algo que parece permear também o imaginário da gestão.

Núbia coloca algo interessante quando aponta a compreensão como modo de abordar e de intervir junto a outros. Nessa esteira, Morato informa que “compreender refere-se à apreensão do que já está na abertura junto a outros” (2013, p. 58), perspectiva que permite um enfoque naquilo que se revela à linguagem sem compromisso com explicações racionais da objetivação científica.

Núbia continua,

“Eu não desprivilegio nenhuma teoria, nenhum teórico, nenhum pensador de maneira alguma. Não gosto daquele termo: ah! eu sou eclética... não! eu não sou eclética! eu sei o quê que eu sou nas minhas convicções teóricas, mas a gente bebe... a gente tem aquele conhecimento. Eu não sigo Freud, mas acho que eu li mais Freud do que Fritz Perls, do que Heidegger, do que Nietzsche... eu li muito mais... então... eu bebo, tenho aquele conhecimento também, enfim... a gente não pode estar fazendo assim não, mas também não pode tá fazendo samba do crioulo doido né?... que a gente tá lidando com pessoa. Você tá lidando com a sua convicção e como você vai atuar com aquela pessoa”.

Ressaltando a importância da formação teórica nas tarefas profissionais, Núbia reconhece ao mesmo tempo, a relevância de uma postura comprometida com atuações. Ao dizer “*que a gente está lidando com pessoa*” diz muito mais de uma ética que a encaminha para um posicionamento livre com o outro do que seguir trilhas previamente técnicas, revestidas de teorias sobre o usuário. Ela reacende o comprometimento com a escuta e sustentação das tensões e dos conflitos. Parece pôr em tensão conhecimento, adquirido na academia científica, e sabedoria, decorrente da experiência vivida, como bem esclarece Bondia (2002).

Em outro momento enfatiza:

“Claro, a gente precisa do saber científico para saber pegar a prancha e botar dentro da praia, mas de resto sim... a gente precisa desse conhecimento, desse dia a dia... não se tem como trabalhar em CRAS se não tiver dentro da comunidade. Não dá para trabalhar em CRAS atrás de um birô! Tem que está andando mesmo... chinelinho baixo, tirar o mule que é o sapato dos psicólogos e andar mesmo...conhecer... dialogar, sabe? Porque naquele diálogo você colhe tanto, você sabe tanto da comunidade, tanto das pessoas.”

Essa fala de Núbia traz uma analogia interessante. O conhecimento científico faz reconhecer que enquanto psicóloga estamos num lugar de ciência, numa atitude profissional, porém não nos garante o saber sobre as coisas, é no ato de *surf*, tomado por analogia o cotidiano, que se mostra a abertura para a compreensão do saber-ofício do psicólogo. Nesse sentido, a experiência cartográfica guiando as atuações junto a comunitários se mostra luz para o fazer saber. Experiência como caminho, saindo do plano das racionalizações explicativas, auxilia o envolvimento pelo que vem ao encontro, como orienta a Fenomenologia. Tal posicionamento pressupõe habitar um território existencial, onde a experiência tem primazia (Souza; Francisco, 2016). Compreensão que parte da experiência de transitar pelos territórios, de dialogar com as pessoas que ali residem, estando atento as manifestações do vivido e da hermenêutica das falas numa atitude despretensiosa de um saber explicativo.

A esse respeito Núbia esclarece:

“Com relação ao CRAS Quilombo, especificamente, eu acho que a gente precisa primeiro... acho que em qualquer área... independente... a gente precisa se munir muito de conhecimento... que é um público muito diferenciado, entendesse?... zona rural... as pessoas falam zona rural... é... zona rural, mas é uma zona rural com muita especificidade... Quando você bota os pés lá dentro, você começa a fazer parte daquela geografia... você consegue observar coisas de África... e lá no dia a dia, você chega lá... e ah! “vou lá conhecer Castanho”... por exemplo - que é a mais conhecida... você vai achar uma comunidade de zona rural normal, mas quando você começa a falar com as pessoas... quando você começa

a... a... realmente fazer parte da geografia... e falo geografia não só a parte física, mas de todo o contexto... você consegue compreender, perceber essas situações... essas diferenças... essas minúcias bem...”

Informa da necessidade de conhecer as peculiaridades da população negra rural, que no cotidiano das relações parece ser possível compreender a existência nos quilombos. A frase “*tem que tá andando mesmo, chinelinho baixo, tirar o mule que é o sapato dos psicólogos e andar mesmo, conhecer, dialogar, sabe?*” leva a refletir sobre a rotina diária de visitas e atendimentos nas comunidades. Geograficamente, são distantes umas das outras, apresentam-se em costumes e rotinas diferenciadas entre elas, mas se alinham no modo de viver preservando suas singularidades, demonstrando que pertencem a uma cultura comum, pormenores não avistados por aqueles que não pertencem a esses grupos sociais. (Diário de bordo da pesquisadora).

Nesse sentido, o pensamento de Souza e Francisco (2016, p. 815) acerca da experiência cartográfica, remete a compreensão do território “mais do que um campo geográfico, institucional, o território diz respeito aos modos de expressão, aos sentidos, aos movimentos e processos que caracterizam um certo estilo e modo de habitar. É preciso habitar o território, permitindo-se compor a paisagem pela hermenêutica e na experiência de estar ali, abertamente e acolhendo o que parece familiar e o que soa como estranheza.

A esse respeito, Núbia diz algo que vem ao encontro da experiência em comunidade:

P: Achei interessante na sua fala... você fala que a prática psicológica não se resume, não se limita a um espaço...

Núbia: Não... mas é porque a própria área social...ela dependendo de onde você esteja atuando, de que forma você esteja atuando, ela não tem como se limitar a esse espaço. Claro, que para algumas práticas, por exemplo grupos, você tem que ter um local adequado, você precisa ter isso, óbvio! Mas para um aconselhamento, para um apoio psicológico você não vai ter uma estrutura de um setting terapêutico para você poder fazer isso. Então você vai ter que ser criativo, vai ter que usar de sua criatividade dentro de seus conhecimentos como eu te disse... a gente pensando... acreditando que eu estou num arcabouço teórico-metodológico. Acreditando nessa perspectiva, então você vai lançar mão, você não vai deixar de atender aquela pessoa nesse sentido de dar esse apoio, essa orientação, esse aconselhamento porque eu não tenho quatro paredes e uma sala com ar-condicionado. Então você não vai deixar de fazer...

Nessa fala refere-se ao *setting* terapêutico como um modo predefinido de estar junto ao outro. Modo que se constitui a partir de arcabouço teórico-metodológico eleito pelo profissional. Sendo assim, o *setting* por esse prisma não favorece a clínica em comunidade, uma vez que parte de um “enquadramento prévio – espaço, tempo e configuração do encontro” (Silva *et al.*, 2015, p. 87). A experiência em comunidades mostra a necessidade de redimensionamento dos modos de atenção ao usuário do CRAS, é preciso oportunizar a ação tecida a partir da compreensão e elaboração de sentido que advém dos encontros. Nessa direção, Núbia diz de outra possibilidade compreensiva.

Núbia: Eu tive essa compreensão da questão do território muito com Seu Benedito¹. Seu Benedito foi meu grande professor. Muitas vezes eu acabava o dia de trabalho e ia para casa dele, para conversar... aquele homem é um poço de conhecimento! e aí eu fazia muito isso, sabe? Para poder me embasar, muitas vezes eu passava por situações que minha compreensão,

1 Benedito- nome fictício para a liderança quilombola.

digamos científica, não alcançava, eu ia lá, dizia: e aí, o que é que eu faço? Me aconselha, eu não sei o que fazer... eu me desprovia de qualquer vaidade, de qualquer... porque a gente vai com aquele papo: ah! eu sou psicóloga e tal... não... não sei agora, não tenho mais... não sei mais para onde ir... me ajuda! Eu recebi muita ajuda dele, por isso eu tenho tanto afeto por ele.

Seu Benedito, a quem Núbia se refere é uma das lideranças da comunidade. Aqui ela informa sobre a necessidade de dialogar com o morador diante de situações limites da comunidade que sua cientificidade não conseguiu atingir. Parece demonstrar sentimento de impotência diante das demandas, o que desaloja os profissionais. Ela sinaliza a fragilidade dos aportes teóricos como recursos à explicação de fenômenos.

A experiência evoca um saber não comprometido com a verdade das coisas permite se deixa afetar pelo desconhecido, pelo não previsto. À luz das considerações de Bondia (2002), o saber que emana da experiência convoca o profissional a apropriar-se de si, respondendo ao que lhe acontece e elaborando sentido do que lhe afeta. Como diz - “o saber da experiência se dá na relação entre conhecimento e a vida humana. De fato, a experiência é uma espécie de mediação entre ambos” (Bondia, 2002, p. 26).

Diante das considerações tecidas, Núbia se mantém ao longo de sua comunicação numa constante tensão entre o embasamento científico e a experiência como caminho a compreensão dos fenômenos. Ora levanta a necessidade da sustentação de uma prática fundamentada numa racionalidade técnico-científica, ora percebe as representações teóricas como insuficientes para a compreensão dos fenômenos da vida. O trânsito nas comunidades, apesar das incertezas, leva à possibilidade de compreensão das alteridades, como também a compreensão de si mesmo nesse caminho percorrido com o comunitário.

Considerações finais

O estudo revelou a importância de tematizar a prática a partir da perspectiva que considera a experiência como caminho à atuação, faz pensar o saber-ofício do psicólogo como uma modalidade de abertura que já somos, num movimento de apropriação da condição de existir com outros no mundo. Importa esclarecer que as considerações tecidas ao longo do estudo não surgiram na intenção de definir a atuação de psicólogos em comunidades quilombolas, mas possibilitar outra maneira de olhar a prática psicológica nesse contexto, contribuindo para a ampliação da atenção no âmbito da Assistência Social, redimensionando saberes e atuações junto ao usuário dos serviços do CRAS.

As narrativas das colaboradoras trouxeram contribuições significativas à compreensão de uma prática transversalizada por normatizações que determinam um modo de atenção guiado por uma racionalidade que fragmenta elementos *pathicos* da experiência humana. Tal fato, conduz a refletir sobre as respostas que vem sendo dadas no âmbito do CRAS pelos seus agentes quando se encontram diante do sofrimento de outros em situação de vulnerabilidade, de desamparo e incertezas decorrentes da inospitalidade de existir no mundo.

Um aspecto importante trazido pelo estudo foi a relevância dada as parcerias com representatividades das comunidades locais na interlocução de saberes e práticas, o que faz recordar a necessidade de se deslocar da postura de um suposto saber técnico para uma atitude hermenêutica de compreensão, tendo a experiência como norte às práticas. Ações contextualizadas, atentas as singularidades dos povos tradicionais quilombolas, no modo como se encaminham no cuidar de si em suas experiências coletivas de sobrevivência, se mostraram como ponto de reflexão relevante trazido pelas narrativas.

Em tais considerações, um outro modo de caminhar nos territórios seria realçar o diálogo com o quilombola, deixando-se guiar pelo que de sua hermenêutica se mostra como bússola para uma atenção psicológica no contexto das ações do CRAS. A compreensão existencial se abre como horizonte para pensar o atendimento psicológico em CRAS. As diretrizes assinaladas pelas políticas

assistenciais configuram um saber necessário à atuação, entretanto, indicamos como alternativa aos modelos vigentes de prática, outra vista para o fazer-saber em comunidade quilombola, dessa vez, partindo das ressonâncias da fenomenologia hermenêutica como horizonte possível à prática psicológica no âmbito da assistência social.

Referências

AUN, H. A. **Trágico avesso do mundo**: Narrativas de uma prática psicológica numa instituição para adolescentes infratores. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2005.

BENJAMIN, W. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, n.19, p.20-28, 2002. ISSN 1413-2478.

BOSS, M. **Angústia, Culpa e Libertação**: ensaios de psicanálise existencial. São Paulo: Duas Cidades, 1997.

BRAGA, T. B. M., MOSQUEIRA, S. M.; MORATO, H. T. P. Cartografia clínica em plantão psicológico: investigação interventiva num projeto de atenção psicológica em distrito policial. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 555-570, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2012000200020&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 set. 2017.

CAMPOS, G.W.S. **Saúde Paidéia**. São Paulo: Hucitec, 2003.

CARDINALLI, I. E. Heidegger: o estudo dos fenômenos humanos baseados na existência humana como ser-aí (Dasein). **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 249-258, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicosp/article/view/102402/100725>. Acesso em: 10 out. 2017. DOI :<http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420135013>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA E CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**, 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CRITELLI, D. M. **Analítica do sentido**. 2 ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Senado Federal, 2003d. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br>. Acesso em: 18 set. 2017.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Revisitando as Psicologias, da Epistemologia à Ética das Práticas e Discursos Psicológicos**. 5 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GADAMER, H.G. **O caráter oculto da saúde**. Trad. de Antônio Luz Costa. Petrópolis: Vozes, 2006.

GIACOIA, O. Jr. **Heidegger urgente**: introdução a um novo pensar. São Paulo: Três Estrelas, 2013. p. 143.

HEIDEGGER, MARTIN. **Ser e tempo**. 15 ed. Parte I. Petrópolis: Vozes, 2005. 325p.

HEIDEGGER, MARTIN **Ser e tempo**. 15 ed. Parte II. Petrópolis: Vozes, 2005. 262p.

MORATO, H. T. P. Algumas considerações da Fenomenologia Existencial para a ação psicológica e na prática de pesquisa em instituições, *In*: BARRETO, C. L. B. T.; MORATO, H. T. P.; CALDAS, M. T. (Orgs). **Prática Psicológica na Perspectiva Fenomenológica**. Curitiba: Juruá Editora Ltda, 2013. p. 51-76.

POMPÉIA, J. A.; SAPIENZA, B. T. **Na presença do sentido**: Uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas. 2. Ed. São Paulo: EDUC; ABD, 2010.

PRADO, R. A. A.; CALDAS, M. T. Atitude fenomenológica existencial e cuidado na ação clínica. *In*: BARRETO, C. L. B. T.; MORATO, H. T. P.; CALDAS, M. T. (Orgs). **Prática Psicológica na Perspectiva Fenomenológica**. Curitiba: Juruá Editora Ltda, 2013. p.95-105.

ROCHA, Z. A ontologia heideggeriana do cuidado e suas ressonâncias clínicas. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 38, n. 120, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/emanu/Downloads/1037-3880-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/emanu/Downloads/1037-3880-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 12 ago. 2018.

SANTOS, S. E. B.; BARRETO, C. L. B. T. Ação clínica no viver cotidiano: um diálogo com a fenomenologia existencial. *In*: BARRETO, C. L. B. T (Coord.). FRANCISCO, A. L.; WALCKOFF, S. D. B. (Orgs.). **Prática Psicológica em Instituição**: diversas perspectivas. 2 ed. Curitiba: CRV, 2016. p.45-60.

SCHWANDT, A. T. Trad. Sandra Regina Netz. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. *In*: DENZIN, N. (org.). **O Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, E. F. G.; SIQUEIRA, D. F. C. C.; BARRETO, C. L. B. T. A ação clínica e a era da técnica moderna: uma compreensão fenomenológica existencial da prática psicológica. **Perspectivas em Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 79-92, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/viewFile/30361/16588>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SOUZA, Severino R. L. ; FRANCISCO, A. L. O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa: Estabelecendo Princípios... Desenhando Caminhos.... *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 5., 2016, Porto. **Atas - Investigação Qualitativa em Educação**, Porto: [S.l.], v. 1, p. 811 – 820, 2016.

VASCONCELOS, Eduardo. Mundos paralelos, até quando? Os psicólogos e o campo da saúde mental pública no Brasil nas duas últimas décadas. **Mnemosine**, v. 1, n. 0, p. 73-90, 2004. Disponível em: http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/22/pdf_8. Acesso em: 23 dez. 2013.

Recebido em 08 de fevereiro de 2022.

Aceito em 25 de agosto de 2023.